

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 515 - Brasília, quarta-feira, 6 de agosto de 1997

## Transparência é arma contra a corrupção, garante ACM

Ao abrir a primeira teleconferência promovida pelo Senado, sobre como obter verbas federais sem intermediários, presidente da Casa destaca adoção de diversos programas que permitirão aumentar eficiência dos Legislativos estaduais e municipais



Entre Pedro Malan e Homero Santos, Antonio Carlos abre teleconferência levada a todo o país.

Quanto mais transparência, menos chance para a corrupção, afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao abrir a primeira teleconferência promovida pela Casa e que teve como tema a obtenção de recursos federais sem interme-

diários.

A teleconferência foi transmitida pela Embratel para 112 auditórios em várias cidades. Também participaram o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do TCU, Homero Santos. Páginas 4 e 5

### Aprovada restituição de bens a ex-deputado

Projeto acolhido pelo plenário autoriza governo a restituir a Osmar Dutra bens confiscados por decreto em setembro de 1969. Página 3

### Amin cobra prevenção do El Niño

Pode vir aí pior fenômeno climático do século, adverte. Pág. 7

### Jáder: crise na PM exige explicações

A convocação dos ministros da Justiça e da Casa Militar da Presidência para que expliquem a crise nas polícias foi requerida pelo senador

Jáder Barbalho. Segundo ele, a população está preocupada e algumas propostas do governo precisam ser esclarecidas. Página 3

### CCJ examina recurso sobre decisão de CPI

Relator deverá ser o senador Josaphat Marinho. Página 2

### NESTA EDIÇÃO

#### 1 Plenário lembra Geisel

Primeira parte da sessão homenageia o ex-presidente. Página 6

#### 2 Palmeira confia no Proálcool

Senador defende celeridade na reformulação do programa. Página 3

#### 3 Seguro para proteger consumidor

Lúcio Alcântara apóia proposta de Edison Lobão. Página 7



Jáder informa ao plenário que requereu convocação de ministros para que falem sobre a situação das polícias

Senador pede à comissão que acolha recurso de Geraldo Melo e alerta para o efeito que a decisão terá perante a opinião pública

## Simon: CCJ deve manter o relatório de Requião

"Não fomos felizes no desfecho da CPI", afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve acatar o recurso oferecido pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e desconsiderar a reunião do dia 23, em que a CPI dos Precatórios aprovou votos em separado modificando o parecer do relator.

- Passei toda a semana respondendo a perguntas sobre a decisão final da CPI. Acho que a decisão da CCJ será muito importante. Deve acatar o recurso de Geraldo Melo. E o Geraldo Melo disse, com todas as letras, que a segunda decisão da CPI não era correta e que se deveria manter a primeira - acrescentou.



Simon: decisão importante

Simon sustentou que os votos em separado, aprovados no dia 23 de julho, não tinham o poder de alterar o trabalho do relator Roberto Requião (PMDB-PR), devendo ficar apenas anexados ao parecer final. Assinalou que, se a CCJ entender isso de forma diferente, "o mal que isso causará a nós, na opinião pública, não

terá remédio".

Pedro Simon explicou também que os votos em separado não têm o poder de inocular qualquer um dos suspeitos, visto que o trabalho de investigação está feito, cabendo agora ao Ministério Público oferecer ou não as denúncias.

- Não podemos fazer mais nada, a não ser pegar o dossiê e mandar para o Ministério Público. Não cabe ao Congresso botar ninguém na cadeia, mas ao Ministério Público - disse.

Na opinião de Pedro Simon, o que o Senado tem de fazer para reparar a decisão do dia 23 "é dizer que a decisão que valeu foi a do dia 22 e que está encerrado o assunto". Ele afirmou também que "não altera nada retirar a responsabilidade de implicados, porque os fatos estão aí".

## Recurso começa a ser examinado hoje

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve iniciar, em sua reunião de hoje, às 10h, o exame do recurso apresentado pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contra a decisão da CPI dos Precatórios que alterou o relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR) mediante a aprovação de votos em separado.

O relator desse recurso deverá ser o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), o qual antecipou que lerá atentamente as notas taquigráficas relacionadas com as duas úl-

timas reuniões da CPI - a do dia 22 de julho, a qual decidiu que o relatório de Requião não podia ser alterado, e a do dia 23, quando os senadores resolveram modificar esse relatório.

Nos próximos dias, a CCJ deverá encerrar o exame do recurso de Geraldo Melo, deliberando sobre qual decisão final que valeu para a CPI: se a que considerou inadmissíveis emendas ao relatório ou a que o emendou com votos em separado. Tomada essa deliberação, a CPI terá 48 horas para atender à recomendação da comissão.

## Efeito vinculante será discutido em 2º turno

O plenário do Senado inicia hoje a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que estabelece efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal sobre outros tri-

bunais. A proposta é do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e, se for aprovada, vai ainda para a Câmara dos Deputados, onde será submetida a mais dois turnos de votação.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

14h30 - Presidência sessão deliberativa ordinária do Senado, na qual também será prestada homenagem à memória do ex-presidente Ernesto Geisel

17h30 - Participa da abertura da exposição comemorativa da aquisição da biblioteca particular do ex-senador Luiz Viana Filho. Biblioteca do Senado Federal

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

O tempo da hora do expediente será destinado a homenagear a memória do ex-presidente Ernesto Geisel. **Oradores inscritos:** Edison Lobão (PFL-MA), Francilino Pereira (PFL-MG), Elcio Alvares (PFL-ES), Jefferson Pêres (PSDB-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Guilherme Palmeira (PFL-AL).

**Ordem do Dia:** Primeiro dia de discussão em segundo turno da PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e \*PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; \*PLS nº 262/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de bolsa de aprendizagem para adolescentes de mais de doze e menos

de dezoito anos de idade; \*PLC nº 332/96 (terminativo) que dispõe sobre a criação de comissões intersindicais de conciliação - CICs; \*PLC nº 229/93 (não terminativo), que cria o ticket café com leite para os bóias-frias; e \*PLC nº 76/96 (não terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação do número telefônico e do endereço do Procon por parte dos estabelecimentos comerciais e de prestações de serviços. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Audiência pública com as lideranças das entidades de classe das polícias militar e civil de todo o país. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

### ESPECIAL

17h30 - Abertura da exposição comemorativa da aquisição da biblioteca particular do ex-senador Luiz Viana Filho. Biblioteca do Senado Federal

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Quinta-feira (07.08.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Segundo dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 54/95

Sexta-feira (08.08.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Quinta-feira (07.08.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** \*Mensagem nº 136/97 (não terminativa), do presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal o nome de Gustavo Franco para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

**Pauta:** Reunião de trabalho para apresentação de proposta da programação da realização do Seminário em Belém - PA, nos dias 25 e 26 de agosto. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Senadores chamaram a atenção para o fato de o projeto fazer justiça ao ex-deputado Osmar Dutra, mas, ao mesmo tempo, bloquear-lhe a iniciativa de ações indenizatórias sobre o confisco de que foi vítima

## Senado aprova restituição de bens

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de iniciativa do Executivo e já votado na Câmara, que autoriza o presidente da República a restituir ao ex-deputado federal Osmar Dutra bens confiscados pelo governo federal e incorporados ao patrimônio da União por força de decreto de setembro de 1969, editado com base em atos institucionais e complementares. O projeto vai à sanção presidencial.

Os senadores Jáder Barbalho (PMDB-PA), Casildo Magdaler (PMDB-SC), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Humberto Lucena (PMDB-PB) lamentaram que o projeto, ao mesmo tempo, faça justiça a Osmar Dutra, acusado então de peculato, e cometa a injustiça de obrigá-lo a renunciar a qualquer forma de indenização. O senador Josaphat

Marinho (PFL-BA), por sua vez, assinalou que a Constituição determina que nenhuma lei pode impedir que a Justiça aprecie casos de lesão ou ameaça de direito.

*Acusado de peculato, sem chance de defesa, o então parlamentar teve seus bens tomados pela União, sem direito a defesa*

Pelo projeto, a restituição dos bens só poderá ser feita mediante "renúncia expressa do interessado, em caráter irrevogável e irreatável, de quaisquer indenizações concernentes ao confisco dos referidos bens".

Ainda conforme a proposição, o presidente da República é também autorizado a criar uma comissão especial, com cinco membros de sua livre

escolha e designação, para realizar levantamento de todos os bens confiscados. A comissão será instalada junto ao Ministério da Justiça.

Em seu parecer favorável, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) assinalou que Osmar Dutra teve seus bens confiscados "sem culpa formada e, evidentemente, sem processo criminal". O confisco foi realizado "tão-somente com base em procedimento administrativo sumário, que impingiu ao titular da propriedade desses bens a pecha de peculatório, sem que se lhe abrisse a mínima oportunidade de defesa, num procedimento arbitrário em nada condizente com os modernos estágios de civilização humana". Acrescentou o senador.

## Emília se desliga do PTB por incompatibilidade ideológica

A senadora Emília Fernandes (RS) comunicou ontem, em plenário, seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro, "em virtude da absoluta incompatibilidade ideológica, que se acentuou ultimamente devido aos ataques infundados e agressivos à minha pessoa, patrocinados por membros do próprio PTB".

Segundo Emília, sua posição reflete "fidelidade negociável

gaúchos, "que buscam cotidianamente a afirmação dos princípios trabalhistas".

A decisão de se desligar do PTB não foi fácil, reconheceu a senadora, mas foi tomada com "profunda e criteriosa reflexão", após análise de fatos que, a seu ver, têm colocado o PTB em situação desconfortável diante da opinião pública. Entre esses, Emília citou a posição de fidelidade irrestrita ao governo federal e do Rio Grande do Sul, "descharacterizando o partido e dando margem a acusações de fisiologismo e de sobreposição de interesses particulares".

É inaceitável, afirmou, defender as reformas administrativa e previdenciária do governo federal, com prejuízos para os servidores públicos e aposentados, e referendar, no Rio Grande do Sul, "a política de desvalorização, descrédito e perseguição aos funcionários públicos em geral e, de forma

especial, aos professores e policiais".

A senadora considerou impossível concordar com a posição do PTB de negar apoio à instalação de importantes CPs, como a do sistema financeiro. Como parlamentar independente, adiantou, continuará defendendo uma política de desenvolvimento econômico com soberania, respeito aos interesses nacionais, fortalecimento do setor produtivo e redução das taxas de juros.

Em apertes, os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Benedita da Silva (PT-RJ) elogiaram a coerência da senadora e a firmeza com que defende os compromissos que a elegeram. Ademir e Benedita convidaram-na a ingressar, respectivamente, no PSB e no PT. Dutra, por sua vez, disse que Emília sempre tem votado com a oposição e que, portanto, todos os partidos integrantes do Bloco Oposição estarão abertos à sua filiação.

## Jáder quer explicação de ministros sobre a crise nas polícias

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) informou ontem que requereu à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado a convocação, em caráter de urgência, dos ministros da Justiça, Iris Rezende, e da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, para que exponham, no plenário da comissão, os problemas decorrentes da mobilização dos policiais militares, suas reivindicações e a repercussão do tema sobre a segurança pública.

"A opinião pública considera preocupantes os episódios que envolveram a PM em diversos estados da Federação", explicou. O senador manifestou-se também preocupado com as especula-



Jáder: sociedade está preocupada

ções divulgadas pela imprensa sobre as soluções que serão dadas para o problema da crise das polícias no país.

Na opinião de Jáder, algumas propostas do governo precisam ser esclarecidas, como a criação de uma Guarda Nacional e outros organismos que impliquem emenda na Constituição. "O Senado não pode ficar, de forma alguma, ausente do problema", afirmou.

## Palmeira defende pressa na retomada do Proálcool

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) defendeu ontem celeridade nas providências anunciadas pelo governo para a reformulação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Em sua opinião, isso será bom não só para o Brasil e para a humanidade, mas sobretudo para o Nordeste, ao perceber que a cana-de-açúcar, suporte da região, tem um importante papel no futuro.

Ele disse entender as restrições que a população faz ao Proálcool, reconhecendo que é inevitavelmente associado a subsídios e à incapacidade de planejar, a longo prazo, as po-

líticas públicas. Para o senador, o antigo programa "é um desafio a ser vencido, para que se possa viabilizar essa fonte de energia renovável e não poluente".

Guilherme Palmeira se mostrou preocupado com o fato de que nenhuma medida está sendo tomada com relação à biomassa, embora o Brasil seja o terceiro maior produtor de alimentos do mundo e nossa fronteira agrícola nos permita expandir ainda mais a produção. Ele pediu que o governo leve em conta o fato de que o assunto merece tratamento prioritário.



Palmeira: pelo Proálcool



Emília: espaço aberto nas esquerdas

aos compromissos assumidos com os eleitores" e será entendida pelos militantes petebistas, principalmente os



# TELECONFERÊNCIA

## ACM prega transparência para combater corrupção

### É preciso saber administrar a escassez, afirma Malan

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, que também participou da abertura da teleconferência promovida pelo Senado, afirmou que o problema maior da administração pública brasileira não é só a falta de dinheiro, mas também a baixa eficiência no seu gasto.

- Não adianta pensar em Estado moderno apenas em termos de governo federal ou estadual. As administrações municipais também têm de se modernizar. Só assim usarão o dinheiro público com eficiência. E não tenham ilusão: os recursos públicos sempre serão escassos.

Será melhor prefeito ou governador quem souber administrar melhor essa escassez - assinalou. Para o ministro da Fazenda, prefeitos e vereadores bem informados conseguirão aumentar a receita municipal, empregarão melhor o dinheiro e ainda terão condições de evitar desperdícios, como os gastos com intermediação para que sejam liberadas verbas públicas. Pedro Malan disse que o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento estão preparados para informar qualquer prefeito ou vereador sobre como chegar às verbas do Orçamento da União.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, ao abrir a primeira teleconferência do Senado, transmitida pela Embratel para 112 auditórios em várias cidades e acompanhada por milhares de prefeitos, vereadores e funcionários municipais e estaduais, que o caminho para acabar com o mau uso de dinheiro público "exige transparência e muita informação".

- Quanto mais transparência, menos chance para a corrupção. Quanto mais informações para prefeitos e vereadores, maior será a eficiência no gasto do dinheiro do povo. Com prefeitos e funcionários bem informados, com certeza não existirá mais a intermediação para liberar verbas públicas. Nenhum prefeito precisa de intermediários para obter recursos - disse.

Antonio Carlos Magalhães afirmou que o Senado vem adotando vários programas que permitirão um aumento na eficiência dos Legislativos estaduais e municipais. Além do Interlegis (interligação via computadores do Senado com assembleias estaduais e câmaras

LECONFERENCIA  
INSTITUTO LEGISLATIVO FEDERAL I.L.B.  
Instituto Legislativo Brasileiro



Antonio Carlos Magalhães lembrou que o Senado adota hoje vários programas visando à eficiência dos Legislativos

municipais), inaugurado recentemente, o Senado está iniciando uma série de teleconferências via Embratel, para esclarecimentos básicos sobre orçamentos, liberação de verbas federais e prestação de contas.

- Nosso objetivo é levar a TV Senado, no ano que vem, a todos os municípios brasileiros. A TV Senado vai apresentar uma série de cursos para prefeitos, vereadores e funcionários dos Legislativos. Vamos levar a ex-

periência do Senado para que o dinheiro do povo seja usado da melhor forma possível - frisou o presidente do Senado.

A teleconferência de ontem ofereceu ensinamentos básicos para que um prefeito consiga a liberação de verbas federais para bancar projetos de interesse da comunidade. No próximo ano, os cursos pela TV Senado, a serem transmitidos em horários diferentes dos trabalhos das comissões e do plenário da

Casa, vão entrar em detalhes sobre como conseguir verbas públicas.

Durante a teleconferência, a cargo do Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado, foram recebidas 340 perguntas de prefeitos e funcionários municipais, mas só um pequeno número pôde ser respondido. As outras questões serão esclarecidas por escrito e enviadas, pelo correio, aos interessados.

## Tuma antevê fim dos intermediários

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a palestra do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na abertura da teleconferência realizada pela Casa sobre como obter verbas federais sem intermediários.

"Isto melhorará significativamente o desempenho dos administradores e a busca da dignidade na lida com a coisa pública", afirmou.

Tuma disse ter acompanhado, por vários anos, as dificuldades enfrentadas por chefes de Executivo que, sem experiência, se deixaram levar por intermediários para

pleitear verbas junto à União. E lamentou que, tantas vezes, esses administradores, para pagar os intermediários, tenham sido obrigados a aceitar notas fiscais frias, a fim de contabilizar a saída de recursos das prefeituras. "Muitas vezes isso aconteceu por ignorância", disse ele.

O senador também se manifestou preocupado com a crise enfrentada pelos serviços de segurança pública, e criticou a diversidade de idéias que surgem no país para a solução do problema. "Como se fosse possível solucionar isso num passe de mágica".

Ele afirmou que é por se encontrarem em situação falimentar que estados e municípios não conseguem manter a ordem e a disciplina nas polícias.

- Temos que nos preocupar em devolver a dignidade aos profissionais da segurança pública. Não podemos querer fazer milagres mediante projetos e pacotes de leis. E a população não pode ficar sujeita ao medo enquanto se discute nos gabinetes qual a melhor solução para a segurança pública. O policial não pode ser visto como homem de segunda classe - concluiu.



Tuma: dignidade na administração

## TELECONFERÊNCIA



Consultor de orçamentos do Senado, Hipólito Gadelha falou dos procedimentos a serem adotados por administradores

## Consultor explica aos prefeitos como agir para obter verbas

A receita para os prefeitos que querem executar projetos de habitação, saúde, educação ou saneamento é simples: primeiro, façam os projetos. Segundo, apresentem suas propostas aos órgãos federais da área. Terceiro, convençam os senadores e deputados de sua região de que seus projetos são importantes para o povo. Quarto, não caiam nas mãos de intermediários. Por último, prestem contas, com recibo, de tudo que foi gasto.

Num simples resumo, esse é o caminho sugerido pelo consultor de orçamentos do Senado, Hipólito Gadelha Remigio, para o prefeito que pretende obter verbas fede-

rais sem cair nas mãos de intermediários. "Aliás, essa intermediação poderá ser crime, conforme projeto apresentado pelo senador Eduardo Suplicy", informou Hipólito. Durante quase três horas, o consultor ensinou, via Embratel, como conseguir as verbas.

É claro que o prefeito de uma pequena cidade certamente terá problemas sérios nesse caminho, a começar pela elaboração do projeto. "Existem, nos ministérios, manuais que ensinam a fazer os projetos", informou Hipólito Gadelha. E ainda: "Quanto mais pobre o município, mais chances um projeto na área social tem de ser aprovado em Brasília".

Conforme o consultor do

Senado, há um mito no país segundo o qual os orçamentos são peças de ficção, especialmente o Orçamento da União. "Hoje, não há uma despesa federal que não esteja prevista no Orçamento aprovado pelos deputados e senadores." Por isso, o projeto do prefeito tem de ser contemplado com uma verba prevista no Orçamento.

O mais importante, na opinião de Hipólito Gadelha, é o prefeito, vereador ou funcionário de Legislativo estarem bem informados do que deve ser feito. "Os intermediários nada mais são que pessoas bem informadas, que sabem direitinho como deve ser um projeto, onde ele deve ser apresentado."



## QUASE UMA PERGUNTA A CADA 30 SEGUNDOS

Durante três horas, funcionários (foto) do Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado, receberam 340 perguntas, por telefone, fax e E-mail, de prefeitos, vereadores e funcionários

de câmaras municipais e assembleias estaduais. Quem não obteve resposta do conferencista receberá uma carta com as explicações solicitadas.

## Homero Santos anuncia manual do TCU e do Senado

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Homero Santos, informou durante a teleconferência que o TCU e o Senado distribuirão, ainda este mês, um manual que vai ajudar prefeitos e governos estaduais, pois ensina tudo sobre convênios para liberação de verbas do governo federal. Além de orientar a solicitação de um convênio a um órgão federal, o manual informará tudo sobre a execução do acordo e a prestação de contas que todos têm de fazer ao final.

Homero Santos lamentou que a falta de informações muitas vezes leva um bom prefeito, que aplicou corretamente o dinheiro de um convênio federal, a enfrentar sérios problemas por não prestar contas como manda a lei. Às vezes, a simples falta de recibos gera uma investigação, com dores de cabeça para o prefeito e seus principais funcionários. Anos

depois, quando se conclui que o problema é a falta de recibos, é quase impossível conseguir esses documentos, acentuou.

Para o presidente do TCU, as consequências de um julgamento de contas irregulares são perversas, principalmente para quem ocupa cargo político: além da devolução do dinheiro, com multas, o prefeito ou outro responsável fica proibido de concorrer por cinco anos.

- Por isso, a prevenção de irregularidades, de desperdícios e de má administração será sempre mais eficaz que qualquer medida corretiva ou punitiva - opinou. Homero Santos destacou que iniciativas como a do Senado, de levar ensinamentos a prefeitos, vereadores e funcionários de Legislativos, é da maior importância para prevenir irregularidades.

## Em plenário, Arruda elogia iniciativa pioneira

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), elogiou em plenário a iniciativa de promover a interligação entre as casas legislativas do país por meio de teleconferências. Ele destacou, em especial, a importância do tema escolhido para a inauguração do sistema, ontem, sobre formas de obtenção de verbas federais sem qualquer intermediação.

Para o senador, tanto o governo como o Congresso têm bastante claro que "não é mais possível conviver com a ação de intermediadores de verbas públicas", pois essa prática é danosa e gera mau uso dos recursos públicos.

"Não é necessário, de uma vez por todas, nenhum tipo de intermediação para liberar ver-



Arruda: cumprimentos pela idéia

bas públicas", reiterou.

Na opinião de José Roberto Arruda, a partir das informações divulgadas pelo seminário, um grande passo está sendo dado "no caminho da moralização da administração pública brasileira".

Ele fez questão de cumprimentar a Mesa e os técnicos do Prodasen e do Instituto Legislativo Brasileiro pela iniciativa.

Presidente da Casa encaminha a mensagem à Comissão de Assuntos Econômicos. A escolha deverá ser submetida à deliberação do plenário no dia 12

## Senado recebe indicação de Franco para o BC

A Mesa do Senado Federal recebeu ontem mensagem do presidente da República com a indicação do nome do economista Gustavo Franco para a presidência do Banco Central. A aprovação prévia da escolha do presidente do BC é uma das competências privativas do Senado.

O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, encaminhou a mensagem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e informou que, amanhã, às 10h, a comissão se reunirá para apreciar a indicação. A indicação de Gustavo Franco deverá ser submetida à deliberação do plenário do Senado na terça-feira da semana que vem (dia 12).

No final da tarde, ACM recebeu Gustavo Franco no gabinete da presidência, em audiência que durou cerca de 15 minutos.

A Mesa do Senado registrou também o recebimento da programação monetária para o terceiro trimestre do ano, enviada pelo Ministério da Fazenda.



O presidente do Senado recebe em seu gabinete o economista Gustavo Franco, indicado para o Banco Central

## Amorim defende saída para o Pacífico

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu uma saída para o oceano Pacífico, via Bolívia, "a fim de criar alternativas de integração econômica com os países da América Latina e os Tigres Asiáticos". A seu ver, o projeto é perfeitamente viável, no sentido de implementar o desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste, permitindo o escoamento do excedente de produção dos grãos.

Na opinião de Amorim, a melhor saída para o Pacífico é pela Bolívia, com a ligação aos portos chilenos de Arica e Iquique, pois o Brasil e aquele país são signatários de um tratado sobre vinculação rodoviária, já aprovado pelo Congresso Nacional. "Há, portanto, instrumento legal que permite a integração rodoviária do Brasil com a Bolívia, que implicará, necessariamente, a ligação aos portos do Chile, estabelecendo-se um corredor bioceânico", disse.

O senador considerou equivocada a conclusão da Comissão Interministerial criada em 1995 pelo governo federal sobre esse assunto. "Lamentavelmente, a comissão entendeu que a saída para o Pacífico era inviável, pois os custos eram excessivos", afirmou.



Amorim: pela integração

## Suplicy espera que renda mínima seja votada ainda neste semestre

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que espera a votação, ainda neste semestre, do Programa de Garantia de Renda Mínima, que "se encontra tramitando de formas diferentes" no Senado e na Câmara. O senador entende que esse programa é uma maneira de contribuir para a erradicação dos problemas sociais do país.

- Estamos agindo para fazer valer o que está escrito no artigo 3º da Constituição brasileira, quando diz que é princípio fundamental da nação a erradicação da miséria, a melhoria da distribuição da renda e da riqueza e a diminuição das desigualdades sócio-econômicas - afirmou.

Suplicy informou que seu projeto em tramitação na Câmara recebeu parecer favorável do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) e encontra-se pronto para ser vo-

tado na Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa, onde recebeu algumas emendas. No Senado, conforme disse, o projeto está sendo analisado pela relatora, senadora Emília Fernandes (RS), na Co-

**Senador constata que país avança pouco na área social e alerta que preços estáveis não são suficientes para resolver problema**

missão de Educação.

O senador observou que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso "ainda não se deu conta da gravidade da crise social no país". Segundo Suplicy, apesar de o presidente da República e alguns dos seus auxiliares da área econômica terem procurado destacar que a estabilidade de preços seria suficiente para tranquilizar o governo e resolver a questão social, isso não ocorreu.

Na opinião de Eduardo Su-

plicy, o progresso na área social do país tem desempenho extremamente moderado, e se mostra muito aquém do que poderia ter sido realizado, especialmente em função de o Brasil continuar sendo um dos campeões das desigualdades econômica e social.

Quando à reforma agrária, Eduardo Suplicy salientou que a meta governamental vem sendo atingida de forma muito lenta. Ele destacou levantamento da Universidade de Brasília, a partir de informações do Inbra, segundo o qual até 30 de junho de 97 teriam sido assentadas apenas 12.503 famílias, embora a meta do governo fosse assentar 80 mil famílias este ano.

Em aparte, a senadora Emília Fernandes elogiou o discurso de Suplicy e afirmou que o projeto do senador "representa uma proposta de igualdade, de justiça e cidadania para a população mais carente do país".

## Plenário presta hoje homenagem a Geisel

Se estivesse vivo, o ex-presidente Ernesto Geisel teria completado 90 anos no último dia 3. Hoje, o Senado Federal destinará a primeira parte da sessão deliberativa a homenagear a memória de Geisel.

A iniciativa da homenagem foi do senador Edison Lobão (PFL-MA), que encaminhou requerimento à Mesa, assinado, também, pelos senadores José Sarney (PMDB-AP), Elcio Alves (PFL-ES), Hugo Napoleão (PFL-PI), Francilino Pereira (PFL-MG), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Jader Barbalho (PMDB-PA).



Casos recentes levam Lúcio Alcântara a defender mecanismos capazes de enfrentar alterações na saúde financeira das empresas

## Mais seguros para proteger consumidor

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem ser preciso cada vez mais atentar para a necessidade de se criarem seguros para proteger os consumidores de possíveis alterações na saúde financeira de empresas. A observação se relaciona ao anúncio feito na segunda-feira, em plenário, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), de que apresentará projeto de lei instituindo seguro que garanta investimentos po-



Alcântara apóia proposta de Lobão

pulares na compra de moradia. Mesmo sem conhecer o teor do projeto, Alcântara elogiou-o pela oportunidade, já que, como disse, inspira-se na situação

de mais de 42 mil mutuários que adquiriram imóveis na planta junto à Encol e agora lutam para não perder os recursos já aplicados.

Alcântara salientou também o caso da Golden Cross, que através de dificuldades financeiras. Depois do emprego, a saúde e a habitação "são questões que dominam a preocupação da maioria dos brasileiros", assinalou, defendendo a criação de seguros que fortaleçam os frágeis instrumentos de defesa do consumidor.

## Amin propõe medidas de prevenção contra *El Niño*

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) apresentou ontem requerimento propondo a criação de uma Comissão Parlamentar Externa, composta

vistas ao estudo e adoção de medidas preventivas contra o fenômeno atmosférico conhecido como *El Niño*.

Depois de lembrar as inundações que, há 14 anos, atingiram a maioria dos municípios de Santa Catarina, quando ele governava o estado, Amin disse que os estragos causados pelas enchentes resultantes daquele fenômeno podem ser significativamente reduzidos se medidas preventivas forem tomadas. "A desobstrução de pequenos pontos de estrangulamento pode reduzir o avanço do nível das águas", explicou.

Quanto ao risco de repetição do fenômeno, Amin mencio-

nou mensagem recebida do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Márcio Nogueira Barbosa, o qual confirma que todos os centros de modelagem climática do mundo acompanham o desenvolvimento do *El Niño* este ano.

Conforme o diretor, a temperatura da superfície de uma grande área do oceano Pacífico está atualmente cerca de 3% acima da média, observando-se simultaneamente o resfriamento das águas na costa do Nordeste brasileiro. Esperidião Amin disse que o Brasil não pode protelar providências para enfrentar o que pode ser o pior fenômeno climático do século.

## Espaço na política para a mulher

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) registrou ontem sua participação na reunião da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a estudar as medidas legislativas que visam implementar, no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim.

Ela informou que um dos pontos discutidos na reunião



Benedita destacou o encontro foi a participação da mulher no pleito eleitoral. A senadora disse que defende uma participa-

ção de 30% de mulheres nas disputas eleitorais vindouras, embora a mulher já tenha assegurada uma participação de 20%.

Benedita destacou as presenças, no encontro, do ministro Costa Porto, do TSE, da professora Eva Blay, representante da Universidade de São Paulo, e da juíza Doris Castro Neves, do TRT do Rio de Janeiro.

## Osmar elogia ação de FHC em defesa de brasileiros na Bolívia

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) destacou ontem a vitória do presidente Fernando Henrique Cardoso e dos ministros das Relações Exteriores e da Justiça na solução de um conflito resultante da compra de terras por brasileiros na Bolívia.

- Foi muito rápida a ação do governo federal, sem esquecer o papel do embaixador brasileiro na Bolívia, para evitar o que seria uma verdadeira injustiça contra brasileiros - resumiu.

Conforme Osmar Dias, em 1994, 72 agricultores do Paraná compraram terras na Bolívia, dando início a culturas que propiciaram empregos para dezenas de bolivianos. Mas, no último mês de julho, foram surpreendidos pela ação de um grupo mafioso que conseguiu de um juiz da Suprema Corte de Justiça daquele país uma sentença determinando que as terras lhe pertenciam. A quadrilha, segundo o senador, valeu-se de documentos falsos para conseguir a proprieda-



Osmar: injustiça corrigida

de das terras.

Ele informou ter pedido a interferência do governo brasileiro, para assinalar que, no último dia 25, em reunião com o presidente da Bolívia, o presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu daquele governante uma decisão favorável aos brasileiros. A Justiça boliviana então decidiu devolver aos brasileiros as terras ilegalmente transferidas para a máfia.

- Corrigiu-se uma injustiça e eu cumprimento o governo brasileiro pela rapidez e eficiência - disse Osmar Dias, que elogiou sobretudo a atuação do ministro Iris Rezende no episódio.

## Proposta de Carlos Patrocínio torna o voto facultativo

Proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) tornando o voto facultativo está pronta para ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. A proposição recebeu parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

O senador argumenta que o voto é direito e não dever e como tal não pode ser obrigatório, porque "está subordinado ao grau de consciência cívica, política e social alcançado pelo indivíduo".

A proposta mantém, contudo, o alistamento eleitoral obrigatório para os cidadãos alfabetizados, maiores de 18 anos. Se-



Patrocínio: emenda na CCJ

gundo Patrocínio, o alistamento só poderá ser facultativo quando o sistema eleitoral dispuser de um controle de dados único e centralizado que permita ao eleitor o exercício do voto apenas com a apresentação do respectivo documento de identidade, para que o mesmo não possa votar mais de uma vez.



Quintanilha: hidrelétrica no TO

## Obra em Lajeado ganha elogio de Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) elogiou ontem a decisão do governo de construir a hidrelétrica de Lajeado, no Tocantins, cujo edital será publicado no próximo dia 15. Segundo o senador, a obra vem ao encontro das necessidades do país no que se refere à produção de energia elétrica.

Quintanilha informou que o projeto para a construção da hidrelétrica de Lajeado foi antecipado em 11 anos e será realizado por um consórcio de empresas privadas. Sua construção, conforme observou, vai atender outras regiões, além do Tocantins.

Na sua opinião, "um país que debelou a inflação precisa urgentemente retomar o crescimento econômico" para trazer mais tranquilidade à população, o que não será possível sem energia elétrica.

## Biblioteca abre hoje exposição de obras raras

Em ato que contará com a presença do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, a Biblioteca do Senado inaugura hoje, às 17h30, exposição de obras raras da coleção particular do ex-senador Luiz Viana Filho. Esse acervo incorporou-se à biblioteca no final de junho último e compõe-se de 10 mil volumes.

A exposição, que também estará disponível na *home page* do Senado na Internet com o título *Exposição Virtual*, ficará aberta até o dia 5 de setembro.

Presença de governadores, ministros e bancadas no Congresso Nacional em Itumbiara, segunda-feira, atestou, para o senador, a relevância da obra

## Mauro registra importância da duplicação de rodovia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou ontem a audiência pública ocorrida segunda-feira na cidade de Itumbiara, região sul de Goiás, pela duplicação da rodovia Goiânia-Minas-São Paulo.

Em nome da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste, Mauro Miranda disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso, na mensagem que dirigiu aos goianos e mineiros através do senador Francellino Pereira (PFL-MG), em Itumbiara, reafirmou o seu compromisso de dar continuidade aos sonhos de integração nacional de Juscelino Kubits-



Mauro: ligação rodoviária importante

chek.

Segundo o senador, a construção da duplicação da rodovia Goiânia-Minas-São Paulo

é uma obra relevante e importante para o projeto de integração nacional. Além disso, vai agilizar os fluxos de transporte com o Mercosul e outros mercados internacionais.

Mauro Miranda informou que os ministros Antonio Kandir, Eliseu Padilha e Iris Rezende representaram o presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade, que contou, também, com as presenças dos governadores Maguito Vilela, de Goiás, e Eduardo Azevedo, de Minas Gerais, além dos representantes das bancadas dos dois estados na Câmara e no Senado.

## Tebet defende Iris dos ataques do líder do MST em entrevista a *Veja*



Tebet: Iris age com prudência

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizou-se ontem com o ministro da Justiça, Iris Rezende, e manifestou seu inconformismo com relação a declarações feitas contra o ministro pelo líder do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stédile, em entrevista concedida à revista *Veja*. Na opinião do senador, o ministro foi vítima de referências indig-

nas, em "linguajar incompreensível".

Como membro do PMDB, amigo pessoal e "homem do Centro-Oeste", Tebet fez questão de destacar que Iris Rezende tem vida pública inatacável e, atualmente, "procura agir com prudência diante da questão criada pelas políticas militares em vários estados do país".

## Suplicy diz que Stédile reagiu a iniciativa do ministro

As observações feitas à revista *Veja* pelo líder do Movimento Sem-Terra, João Pedro Stédile, em relação ao ministro da Justiça, Iris Rezende, devem ser entendidas em função de ato do ministro, que solicitou a abertura de processo judicial contra Stédile, disse o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ele salientou que a entrevista do líder do MST corresponde a um alerta ao

presidente da República, "na medida em que seu governo não tem atingido, na profundidade suficiente, os problemas sociais".

Para Suplicy, "é natural" a solidariedade ao ministro, manifestada por vários senadores.

O senador comunicou também que enviou, à mesma *Veja*, carta em que nega afirmação a ele atribuída pela revista, referente à indicação de Gustavo



Suplicy: entrevista é um alerta Franco à presidência do Banco Central.



Abdias: afirmação da cultura afro

## Abdias exalta Centro Cultural José Bonifácio

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) cumprimentou ontem o diretor teatral Hilton Cobra e sua equipe, assim como a vereadora petista Jurema Batista e as organizações afro-brasileiras responsáveis pelo trabalho realizado no Centro Cultural José Bonifácio. Em sua opinião, esse trabalho vai inspirar pessoas e organizações na transformação das relações raciais em todo o Brasil.

Para o senador, a criação pelo poder público de organismos voltados para a preservação e a dinâmica da cultura desenvolvida pelos africanos e seus descendentes se destaca entre as vitórias obtidas ao longo da árdua luta pela valorização dos afro-brasileiros.

Abdias explicou que dois aspectos o ligam afetivamente ao Centro Cultural José Bonifácio, salientando que o primeiro prende-se à própria origem da entidade, já que a idéia de criar uma instituição municipal voltada para a cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro nasceu durante seu mandato como deputado federal.

O segundo aspecto mencionado pelo senador foi a admiração que ele sempre nutriu pelo talento de Hilton Cobra. "Laços de origem também me prendem a este energético homem de teatro", disse Abdias, lembrando que o Teatro Experimental do Negro foi o instrumento por eles criado, há 50 anos, para "sacudir uma sociedade atrasada e reacionária, obrigando-a a se confrontar com alguns dos piores fantasmas de seu inconsciente coletivo".